

LEI ORDINÁRIA Nº 104

de 08 de junho de 1992

Dispõe sobre as diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 1 993 a dá outras providências

EDWINO RAIMUNDO SCHULTZ, Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei

Art. 1º.. *A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 1993, abrangerá os Poderes Legislativos e Executivos, seus fundos e entidades da administração direta, assim como a execução orçamentária, obedecerá as Diretrizes aqui estabelecidas.*

Art. 2º.. *a elaboração da proposta orçamentária do Município para o exercício de 1993, obedecerá as seguintes Diretrizes Gerais, sem prejuízo as normas financeiras estabelecidas pela Legislação Federal.*

1º. *O montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas.*

2º. *As unidade orçamentárias projetarão suas despesas correntes até o limite fixado para o exercício em curso, a preços de julho de 1992, considerando os aumentos e/ ou diminuição de serviços.*

3º. *As estimativas das receitas serão feitas a preço de Julho de 1992, considerando-se a tendência do presente exercício e os efeitos das modificações na legislação tributária, os quais serão objeto de Projeto de Lei, a ser encaminhada à Câmara Municipal.*

4º. *Os projetos em fase de execução terão prioridade sobre os novos Projetos, não podendo ser paralizados sem a autorização legislativa.*

- 5°. O pagamento do serviço da dívida de pessoal e de seus encargos, terão prioridade sobre as ações de expansão.*
- 6°. Constará de Proposta Orçamentária o produto das operações de crédito autorizados pelo Legislativo, com destinação específica e vinculada ao Projeto.*
- 7°. Não poderão ser fixadas as despesas ou a criação de novos Projetos e/ou atividades, sem que estejam definidas as fontes de recursos suficientes, e de conformidade com as normas gerais estabelecidas pela Legislação Federal Pertinente.*
- 8°. O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de receitas resultantes de impostos, prioritariamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal.*

***Art. 3°..** O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, e o Plano Plurianual de Investimento aprovados pelas Leis nº 058/90 e 077/91, procederá a seleção das prioridades dentre as relacionadas no Anexo I da Lei nº 058, e o transcrito na Lei nº 077/91, e as orçará a preços de julho de 1.992,*

***Parágrafo único.** . Poderão ser incluídos programas e Projetos não alencadas no PPI, desde que financiados com recursos de outras fontes não comprometidas anteriormente*

***Art. 4°..** Os valores orçamentários serão atualizados monetariamente pela TR, entre o mês de Julho de 1992 e 1° de janeiro de 1993, e dispensando as frações inferiores à um mil cruzeiros, após efetuado o cálculo.*

***Art. 5°..** As despesas com pessoal e seus encargos ficam limitadas a 65% (sessenta e cinco por cento) da receita corrente, nos termos do artigo 38 das disposições transitórias.*

1º. O limite estabelecido para as despesas de pessoal de que trata este artigo, abrange os gastos nas seguintes despesas.

- salários, obrigações patronais, diárias, aposentadorias, pensões, remunerações do prefeito, Vice Prefeito e remuneração dos Senhores Vereadores.

2º. A Concessão de quaisquer vantagens ou o aumento de remuneração além dos limites dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração de estrutura de cargos ou alteração de estrutura de carreira, com a admissão de pessoal a qualquer título, só poderá ser feita se houver prévia dotação orçamentaria, suficiente para atender as projeções de despesas até o final do exercício, obedecendo o limite fixado no "caput" do presente artigo.

Art. 6º.. Fica autorizada a inclusão na proposta a concessão de ajuda financeira às entidades relacionadas sem fins lucrativos, reconhecidas de utilidade pública.

1º. Os pagamentos serão efetuados após a aprovação dos planos de aplicações apresentadas pelas entidades beneficiadas.

2º. Os prazos para a prestação de contas serão ficados pelo Poder Executivo não podendo ultrapassar 30 dias de encerramento do exercício.

3º. Fica vedado a concessão de ajuda financeira as entidades que não tenham prestado contas dos recursos anteriores concedidos.

Art. 7º.. A inclusão de operações de crédito no orçamento anual somente será consignada até o valor autorizado em legislação específica, bem como das despesas oriundas destes recursos.

Art. 8º.. As operações de crédito por antecipação da receita, contratados pelo Município, será totalmente liquidadas até o final do exercício.

Art. 9º.. O Poder Executivo providenciará a fim de assegurar a prorrogação de recursos, revisão tributária, vinculadas especialmente a:

I. Revisão da legislação e cadastramento imobiliário, para efeitos de lançamento de IPTU.

II. Recadastramento dos contribuintes de ISS e IPTU.

III. Reestruturação no sistema de avaliação imobiliária para cobrança do ITBI.

IV. Recuperação dos investimento através da cobrança da contribuição de melhoria.

V. Cobrança através das taxas de serviços prestados e/ou de exercício do Poder de Polícia, de custos atualizados.

Art. 10. Na Lei Orçamentária anual, que apresentará em conjunto, com a programação do orçamento, a Discriminação da despesa far-se-á por categorias de prorrogação, obedecendo os disposto na Lei 4.320/64 e suas alterações.

1º. As receitas e despesas do orçamento, serão apresentadas de forma sintética e agregada, evidenciando o déficit ou superavit corrente e o total orçamentário.

2º. a Lei orçamentária anual, icluirá, dentre outras, os demonstrativos:

I. Das receitas obedecidas ao previsto na Lei 4.320/64, artigo 2º, paragrafo 1º.

II. Da natureza da despesa para cada órgão.

III. Dos recursos a amparar o cumprimento para aplicação na manutenção e desenvolvimento de ensino.

3º. Além do disposto no caput deste artigo, o resumo geral das despesas do orçamento, serão apresentadas na forma do anexo 2, constantes da Lei 4.320/64, ou na forma determinada pela legislação complementar.

Art. 11.

O Projeto de Lei Orçamentária, será apresentado com a forma e o detalhamento descrito nesta Lei, aplicando-se no que couber as demais disposições estatuídas pela Legislação Complementar Federal.

Parágrafo único. . As propostas de modificações dos Projetos da Lei do Orçamento Anual, serão apresentados com a forma, o nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas nesta Lei

Art. 12. A abertura de crédito adicionais indicará, obrigatoriamente, se fontes de recursos suficientes para a cobertura respectiva.

Art. 13. O Poder Executivo Municipal, até o dia 02.01.92, divulgará por unidade orçamentária os quadros de detalhamento das despesas, especificando, os elementos de despesas e os respectivos desdobramentos, com seus valores, para abertura do exercício.

Art. 14. O Prefeito Municipal, enviará até dia 31 de Agosto o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da sessão Legislativa,devolvendo-o a seguir, para sanção.

Art. 15. O Poder Executivo poderá firmar convênios, com vigência máxima de um ano, com outras esferas do governo, para o desenvolvimento de programas prioritários, nas áreas de educação, cultura, assistência social, de viação e obras públicas.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

*Gabinete do Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso
do Sul, aos 08 (oito) dias do mês de junho de 1992.*

Edwino R. Schultz **Prefeito Municipal**

Lei Ordinária Nº 104/1992 - 08 de junho de 1992

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em